



Kassab. O comando nacional do DEM já dá como certa a desfiliação do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. O grupo que lidera a sigla decidiu negociar com os aliados de Kassab para evitar que eles também deixem o DEM.

POLÍTICA

www.twitter.com/gazetapolitica

www.agazeta.com.br/politica

Monitoramento. Características individuais elevam a propensão de uma pessoa ser pobre

Bolsa-Família estadual deve levar em conta critério de raça

Famílias negras teriam prioridade no programa de combate à pobreza em estudo pelo governo

VITOR VOGAS
vvogas@redgazeta.com.br

■ A primeira versão do “Mapa da Vulnerabilidade Social” indica que o governo de Renato Casagrande (PSB) pode utilizar como critérios não só a renda per capita, mas também a raça da família, o gênero do principal provedor e as condições de moradia para definir os segmentos que seriam priorizados como beneficiários de um programa estadual de transferência de renda para complementar o Bolsa-Família – uma das opções estudadas pelo governo para cumprir a meta de erradicar a miséria no Estado. Nesse caso, no corte por raça, famílias formadas por negros teriam preferência.

De acordo com o material repassado pelo governo, a administração estadual poderia “complementar um valor adicional” a famílias que já recebem o benefício do Ministério do Desenvolvimento Social (que pode variar de R\$ 22,00 a R\$ 200,00). Entre elas, teriam prioridade aquelas “cuja raça seja negra,

chefiadas por mulheres, com crianças de zero a seis anos, cujo domicílio não possui esgotamento sanitário, infraestrutura adequada e outros”.

Esses grupos foram definidos como prioritários porque, de acordo com estudos científicos, atendem ao “perfil da pobreza”, isto é, são justamente aqueles que apresentam maior vulnerabilidade social. Segundo o material produzido pelo governo, “as características individuais (cor, gênero, área, tamanho do município, posição na ocupação, setor de atividade, nível educacional e faixa etária) elevam a propensão de uma pessoa ser pobre”.

A título de comparação, uma família chefiada por um homem branco, de 40 anos, vivendo na área urbana de uma grande cidade, com educação média e empregado com carteira na indústria tem 1% de chances de ser pobre. Já uma criança de cinco anos, negra, vivendo na área rural de uma pequena cidade do interior, numa família cujo chefe é analfabeto funcional e está empregado sem carteira na agricultura tem 58% de chances.

Um “estudo de impacto para analisar a viabilidade” do programa foi pedido ao Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), mas não há previsão de conclusão.

Onde está a pobreza no Estado

No Estado, os municípios que, proporcionalmente, têm o maior número de moradores assistidos hoje pelo Bolsa-Família estão nas regiões Noroeste e Extremo Norte (Montanha, Ponto Belo, Mucurici, Conceição da Barra, Ecoporanga, Vila Pavão e Água Doce do Norte)

Na fronteira com Minas Gerais (Alto Rio Novo, Laranja da Terra e Afonso Cláudio)

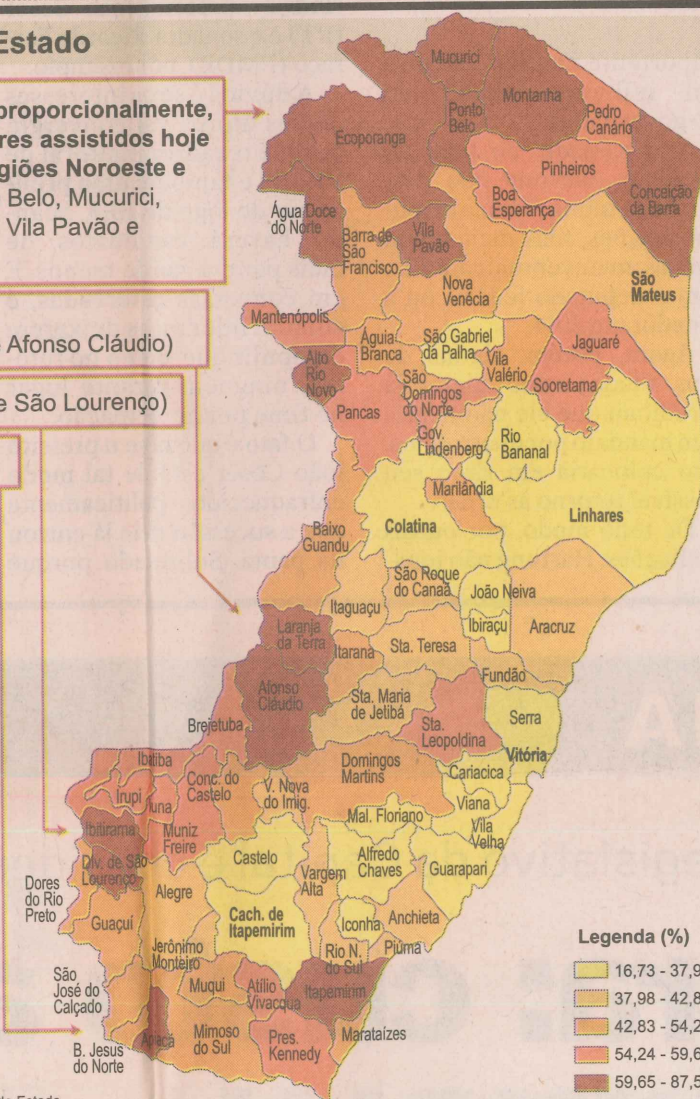
No Caparaó (Ibitirama e Divino de São Lourenço)

No Sul (Apiacá e Itapemirim)

■ Nessas cidades, o percentual de famílias inseridas no Cadastro Único do programa federal em relação à população total fica entre **59,65% e 87,58%**

■ Tais cidades também são as que apresentam os maiores índices de incidência da pobreza no Estado

■ Em quase todas elas, de **61,32% a 87,58%** dos moradores vivem nessa situação



Legenda (%)

16,73 - 37,97
37,98 - 42,82
42,83 - 54,23
54,24 - 59,64
59,65 - 87,58

Secretário: programa não está concluído

■ Apesar de ter sido discutida pelo secretariado estadual na última segunda-feira e de constar no “Mapa da Vulnerabilidade” apresentado pelo governo, a ideia de lançar um programa próprio de complementação de renda não está consolidada. É o que afirma o secretário de Direitos Humanos e Assistência Social, Rodrigo Coelho (PT), que assina o documento junto com a diretora-presidente do IJSN, Ana Paula Vescovi. “Essa é uma das hipóteses. Mas não tem um desenho de programa. Não tem sequer a decisão se vai sair ou não. Vamos coletar informações para avaliar as políticas que vamos realizar. De repente esse estudo aponta outras possibilidades de programa de transferência de renda. O que estamos fazendo é dar aos secretários elementos para fazer um debate e elaborar as políticas”, disse. Por isso, não há definição sobre o valor do eventual benefício pago pelo Estado às famílias, de onde viriam esses recursos e quais seriam as contrapartidas dos beneficiários.